

Aprendizagem da separação e coeducação: educação física no combate às violências de gênero na escola

Luciano Nascimento Corsino

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Brasil)

Andréa Lima Girão

Universidade Federal do Ceará (Brasil)

Resumo

A violência no contexto escolar reproduz desigualdades historicamente naturalizadas nas relações sociais. Na Educação Física Escolar (EFE), essas violências incidem de modo particular sobre os corpos. Por meio de uma pesquisa qualitativa participante, este artigo tem como objetivo analisar a coeducação como possibilidade político-pedagógica de enfrentamento das violências de gênero na escola. Tendo como referencial teórico os Estudos Feministas, realiza-se uma releitura do conceito de aprendizagem da separação, visando aprofundar o debate sobre a coeducação na EFE. Em seguida, são analisados dados de uma pesquisa participante desenvolvida por uma professora-pesquisadora em uma escola estadual de Fortaleza/CE, a partir de uma unidade didática orientada por intervenção coeducativa em uma turma de Ensino Médio. Os resultados evidenciaram que as aulas coeducativas tornaram visíveis os conflitos de gênero, de modo a possibilitar intervenções pedagógicas adequadas para o enfrentamento das violências de gênero na escola.

Palavras-chave: Marcadores sociais. Educação Física. Interseccionalidade. Misoginia.

Learning separation and coeducation: physical education in combating gender-based violence at school

Abstract

Violence within the school context reproduces inequalities that have been historically naturalized in social relations. In School Physical Education (SPE), such forms of violence impact bodies in a particular manner. Through a qualitative participatory research approach, this article aims to analyze coeducation as a politico-pedagogical possibility for addressing gender-based violence in schools. Drawing on Feminist Studies as a theoretical framework, this study re-evaluates the concept of the "learning of separation" to deepen the debate on coeducation in SPE. Subsequently, it analyzes data from a participatory research study conducted by a teacher-researcher at a state school in Fortaleza, Ceará, based on a teaching unit guided by a coeducational intervention in a high school class. The results demonstrated that coeducational classes rendered gender conflicts visible, thereby enabling appropriate pedagogical interventions to counter gender-based violence in the school environment.

2

Keywords: Social markers. Physical Education. Intersectionality. Misogyny.

Aprendizaje de la separación y la coeducación: educación física en la lucha contra violencias de género en la escuela

Resumen

La violencia en el contexto escolar reproduce desigualdades históricamente naturalizadas en las relaciones sociales. En la Educación Física Escolar (EFE), estas violencias inciden de manera particular sobre los cuerpos. A través de una investigación cualitativa participante, este artículo tiene como objetivo analizar la coeducación como una posibilidad político-pedagógica para el enfrentamiento de las violencias de género en la escuela. Tomando como referente teórico los Estudios Feministas, se realiza una relectura del concepto de "aprendizaje de la separación", con el propósito de profundizar el debate sobre la coeducación en la EFE. A continuación, se analizan los datos de una investigación participante desarrollada por una profesora-investigadora en

una escuela estatal de Fortaleza/CE, a partir de una unidad didáctica orientada por la intervención coeducativa en un grupo de Educación Media. Los resultados evidenciaron que las clases coeducativas visibilizaron los conflictos de género, de modo que permitieron intervenciones pedagógicas adecuadas para el enfrentamiento de las violencias de género en la escuela.

Palabras clave: Marcadores Sociales. Educación Física. Interseccionalidad. Misoginia.

Introdução

A violência escolar, atravessada por marcadores como gênero, raça, classe e religião, expressa desigualdades naturalizadas. Ela se manifesta de forma simbólica e institucional, incidindo sobre corpos e identidades e sendo reforçada por práticas pedagógicas. Nesse cenário, a Educação Física assume um caráter paradoxal: ao mesmo tempo em que pode reproduzir violências, também se configura como um espaço privilegiado para problematizá-las e transformá-las.

A coeducação, entendida aqui como uma proposta pedagógica comprometida com a equidade de gênero e com a superação de práticas misóginas, racistas e homolebotransfóbicas, surge como uma estratégia eficaz no enfrentamento das violências no ambiente escolar. Ao romper com a lógica sexista presente nas aulas e questionar a naturalização das diferenças corporais e de desempenho, a coeducação tensiona normas que sustentam relações desiguais de poder, promovendo experiências educativas pautadas na equidade.

No âmbito da Educação Física, essa perspectiva ressignifica conteúdos, metodologias, relações e processos avaliativos, deslocando o foco da competição para a construção coletiva, o cuidado e a justiça social. Discutir a coeducação implica reconhecer seu potencial político-pedagógico no enfrentamento das violências de gênero. Desse modo, a área contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de questionar desigualdades e de construir relações mais democráticas.

Na seção inicial deste artigo, realizamos uma releitura dos trabalhos da pesquisadora Daniela Avad, líder do *Grupo de Pesquisas em Educação, Comunicação e Feminismos - Flores Raras* (Lahni; Avad, 2022), com especial destaque para a formulação do conceito de *aprendizagem da separação*. Ao discutir o conceito ao longo de duas décadas, a autora estabelece interlocução com pesquisadoras do campo dos estudos feministas, tanto no contexto nacional quanto no internacional, com o propósito de aprofundar o debate sobre a coeducação na escola.

No segundo momento, por meio de uma pesquisa participante conduzida por uma professora-pesquisadora em uma escola estadual de Fortaleza/CE, analisamos sua prática pedagógica, desenvolvida a partir de uma unidade didática com intervenção coeducativa nas aulas de Educação Física no Ensino Médio. A proposta promoveu experiências voltadas à reflexão crítica sobre a relação entre a luta, enquanto manifestação cultural, e as violências de gênero, evidenciando como a aprendizagem da separação permeia o cotidiano escolar.

4 Procedimentos metodológicos¹

O presente trabalho foi estruturado a partir de uma abordagem qualitativa, buscando desenvolver o diálogo entre o conceito de aprendizagem da separação e os resultados de uma pesquisa de mestrado realizada com uma turma composta por 39 estudantes, 18 meninas e 21 meninos, com idades entre 17 e 19 anos, identificados por nomes fictícios escolhidos por eles(as) mesmos(as). A pesquisa foi desenvolvida em uma escola estadual localizada no município de Fortaleza, Ceará.

A abordagem qualitativa busca responder a questões específicas, concentrando-se em aspectos da realidade que não podem ser expressos em números. Dedicar-se à compreensão de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, explorando relações, processos e fenômenos de maneira aprofundada, sem reduzi-los a simples variáveis mensuráveis (Minayo, 2001).

Para a realização do estudo, adotou-se a pesquisa participante, caracterizada pelo envolvimento e pela identificação do(a) pesquisador(a)

com as pessoas e com a realidade investigada. O ponto de partida da pesquisa participante deve situar-se em uma perspectiva da realidade social (Brandão; Borges, 2007).

No primeiro momento, o conceito de aprendizagem da separação foi discutido à luz dos estudos da pesquisadora Daniela Avad. Realizamos uma releitura acerca de como esse conceito possibilita analisar os processos pedagógicos presentes nos espaços escolares.

No segundo momento, apresentamos dados de uma pesquisa participante realizada no Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF) com uma turma do Ensino Médio, buscando discutir a aprendizagem da separação e a coeducação como conceitos e estratégias fundamentais para a construção de uma Educação Física que tenha a equidade de gênero como horizonte no contexto escolar.

Compreendemos ser necessário tomar como ponto de partida a realidade concreta do cotidiano dos sujeitos envolvidos no processo, considerando suas múltiplas dimensões e formas de interação. Trata-se de reconhecer a vida tal como é vivida, as experiências efetivamente construídas e os sentidos que lhes são atribuídos pelas pessoas com as quais estabelecemos relações no contexto da pesquisa.

Na Educação Física escolar, a pesquisa participante, desenvolvida por meio de intervenções didático-pedagógicas, favorece a construção de uma relação horizontal entre pesquisadora e participantes. Nesse processo, a professora-pesquisadora assume tanto a intervenção pedagógica quanto a produção de dados, possibilitando compreender a realidade investigada e promover transformações críticas no contexto escolar (Velloso; Maldonado; Miranda; Freire, 2022).

Em interlocução com Velloso, Maldonado, Miranda e Freire (2022), destacamos que a pesquisa participante, orientada por intervenções didático-pedagógicas, fundamenta-se na indissociabilidade entre produção de conhecimento e transformação social, visando à superação de problemáticas vivenciadas por determinados grupos. Nessa perspectiva, configura-se como um processo que articula análise social, ação educativa e intervenção.

Durante as aulas, os dados foram produzidos por meio de registros em diário de campo, bem como por fotos, vídeos e áudios realizados com

celular. Contudo, neste artigo, utilizamos apenas o diário de campo como material de análise.

O diário de campo constitui uma ferramenta essencial para a análise e a reflexão sobre os planos de aula, as estratégias pedagógicas e as práticas educativas. Funciona como um registro que possibilita documentar as possibilidades e potencialidades do ensino, além de revisitar os desafios e as dificuldades encontrados ao longo da unidade didática e dos processos de aprendizagem (Zabalza, 2004).

Durante alguns momentos das aulas, foram realizadas rodas de conversa que se constituíram como estratégias didático-pedagógicas voltadas à promoção das discussões. Desse modo, alguns excertos de falas considerados relevantes, captados nesses momentos, foram incorporados e utilizados na análise dos dados.

A análise iniciou-se com a organização e a leitura dos documentos, seguida de uma leitura detalhada de todo o material, com o objetivo de identificar impressões, conceitos, conflitos e interpretações emergentes. Em seguida, realizou-se a codificação, buscando identificar trechos, falas, palavras e comportamentos, o que possibilitou interpretar os significados presentes nos documentos e aprofundar a análise dos dados.

A aprendizagem da separação e a produção de violências de gênero na escola

A escola, como espaço de socialização e produção de saberes, desempenha um papel central na constituição das identidades de gênero. Práticas como a organização de filas, a separação de equipes nos esportes, a atribuição diferenciada de tarefas e as expectativas relacionadas ao comportamento e ao desempenho constituem exemplos recorrentes de como essas desigualdades são produzidas e reforçadas no cotidiano da Educação Básica.

Ao considerar que as relações estabelecidas nesse contexto também constituem formas de educar os(as) estudantes, Avad (2004) propõe o conceito de aprendizagem da separação para evidenciar como práticas

pedagógicas, institucionais e simbólicas ensinam, cotidianamente, a distinção e a hierarquização entre meninas e meninos.

Essa forma de aprendizagem opera de modo contínuo e, muitas vezes, naturalizado, contribuindo para a legitimação de relações sociais baseadas em escalas desiguais de poder, que podem se expressar em violências de gênero. Isso significa que, embora as escolas brasileiras sejam mistas, isso não garante, necessariamente, a existência de uma perspectiva coeducativa (Auad, 2004; 2021).

Corroboramos com Auad (2004) ao compreender a coeducação como uma estratégia político-pedagógica de regulação das relações de gênero na escola, orientada para a problematização e a ruptura dos pilares que sustentam as concepções hegemônicas de feminino e masculino.

Nesse sentido, a escola mista constitui um meio para a efetivação da coeducação, mas, por si só, não é suficiente para que ela ocorra. Em uma escola mista, a coeducação pode acontecer, contudo, isso não se concretiza sem medidas explicitamente orientadas por professoras(es) e pelo amparo de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades de gênero (Auad, 2002).

Daniela Auad ampliou e desenvolveu o conceito de coeducação, principalmente em diálogo com a literatura internacional e, mais especificamente, com os estudos da socióloga francesa Zaidmann (1995; 1996; 2002), autora responsável por introduzir o conceito de *mixité* para pensar as práticas escolares

Assim, em diálogo com ramos da Sociologia, na pesquisa educacional foi possível ressignificar e refundar o que é percebido como coeducação e notar que a escola mista não é o suficiente para alcançar uma educação que não reforce o binarismo de gênero, não aprofunde as desigualdades e não banalize a violência contra os femininos e contra quem, a despeito do seu sexo e com sua existência, ousa negar o ideal de masculinidade dominante (Auad, 2021, p. 739).

Segundo Zaidman (2002), a escola mista é atravessada por contradições entre os princípios de igualdade que afirma defender e aquilo que efetivamente produz. Dinâmicas como a ocupação predominante dos

espaços pelos meninos, a designação das meninas como auxiliares e a maior atenção concedida a eles são recorrentes. Contudo, tais práticas raramente são reconhecidas como produtoras de hierarquizações de gênero, permanecendo naturalizadas nas relações escolares.

As misturas e separações que se expressam na escola mista emergem como uma temática que, ao longo do tempo, reaparece sob diferentes configurações discursivas e pedagógicas, manifestando-se de forma recorrente tanto no contexto escolar quanto em outros espaços educativos. Ao revisitar a discussão sobre coeducação em artigo publicado no ano de 2021, no contexto da pandemia de COVID-19, Auad afirma:

Nesses tempos, tem se recuperado também o que foi dito de relevante sobre mistura, separação e coeducação, para, a partir desses diálogos históricos e de seus desdobramentos, pensar não apenas o distanciamento, mas também as escolarizações que se passam on-line e as escolarizações interrompidas, estas mal destinadas a uma maioria de pessoas sem acesso ao que se passa remotamente e, ainda, sem equipamentos como notebooks, computadores e celulares (Auad, 2021, p. 741).

8

Apesar de a escola mista não garantir, por si só, a efetivação da coeducação, é possível concordar que ela constitui uma condição favorável e, ao mesmo tempo, um pressuposto para sua realização. Embora esse contexto possibilite práticas coeducativas, elas não se concretizam de maneira espontânea, exigindo ações pedagógicas intencionalmente orientadas por parte das(os) professoras(es), bem como o respaldo de políticas públicas comprometidas com a superação das desigualdades de gênero no campo educacional (Auad, 2002).

Auad (2004) potencializou os estudos sobre as separações na escola mista e ressignificou a coeducação a partir da categoria gênero, compreendida como um dispositivo de normatização que regula corpos, identidades e sexualidades. Ao reivindicar uma "Pedagogia da Coeducação", Dias (2014) destaca a contribuição de Auad para os estudos sobre coeducação no Brasil.

Utilizo as concepções de Daniela Auad sobre a prática da coeducação, por acreditar que a autora é uma das pesquisadoras brasileiras que mais desenvolveu a perspectiva da coeducação para a ampliação das formas de educar meninos e meninas, bem

como o desenvolvimento de políticas públicas para a igualdade de gênero (Dias, 2014, p. 111).

A aprendizagem da separação na escola pode ser compreendida como expressão daquilo que Rita Segato denominou de Pedagogia da Crueldade (Segato, 2018), por ensinar, naturalizar e legitimar práticas de violência, desumanização e hierarquização dos corpos no interior das estruturas de poder. Desse modo, ela não apenas distingue os sujeitos, mas também os fixa em lugares sociais previamente hierarquizados.

O Estado, cada vez mais influenciado por um patriarcado neoconservador representado por sujeitos como Jair Bolsonaro e seus aliados em espaços de poder, tem promovido retrocessos nos direitos das mulheres em diferentes esferas da vida, favorecendo a reprodução de violências (Vergès, 2021) que atingem de forma particular meninas, estudantes LGBTQIAPN+ e grupos que não se enquadram nas expectativas hegemônicas de um padrão colonial, capitalista e patriarcal.

A aprendizagem da separação legitima práticas de violência ao naturalizar desigualdades e reforçar estereótipos de gênero. Brincadeiras misóginas, desvalorização da participação feminina, vigilância sobre os corpos e silenciamento de denúncias exemplificam como a violência de gênero se incorpora aos cotidianos escolares de forma banalizada, evidenciando que ela não constitui um desvio, mas parte das próprias dinâmicas institucionais (Segato, 2003; Vergè, 2021).

Auad sugere a coeducação como um caminho fundamental para o enfrentamento dessas violências na escola. Ao se apresentar como uma possibilidade de tensionamento entre a aprendizagem da separação e o conceito de gênero, a coeducação propõe práticas pedagógicas voltadas à promoção da convivência entre os(as) diferentes e à problematização das hierarquias.

Louro (1997), nos lembra que questionar as normas que regulam corpos e identidades é condição para a construção de uma escola mais democrática, capaz de acolher as diferenças e de enfrentar as violências que atravessam os espaços escolares. Auad (2002) corrobora essa perspectiva ao

reforçar que não há educação democrática sem que os arranjos de gênero sejam considerados.

Compreender as violências de gênero a partir da aprendizagem da separação desloca a análise do plano individual para as dimensões institucionais e pedagógicas. Essa abordagem mostra-se central para orientar práticas voltadas à equidade e à construção de ambientes escolares mais justos, especialmente no contexto da Educação Física (Corsino; Avad, 2012).

Misturas e separações em busca da coeducação

Não adianta a gente jogar contra São Paulo, Palmeiras, Corinthians e eles colocar uma mulher para apitar um jogo desse tamanho. Eu acho que ela não foi honesta pelo que ela fez [...] eu acho que a Federação Paulista tem que olhar para os jogos deste tamanho e não colocar uma mulher (CazéTV, 2026).

10 A declaração do jogador do Red Bull Bragantino, Gustavo Marques, dirigida à árbitra Daiane Muniz em 21 de fevereiro de 2026, após a partida das quartas de final do Campeonato Paulista de Futebol, pode ser interpretada como uma expressão do que chamamos de aprendizagem da separação. Ao afirmar que a Federação Paulista de Futebol não deveria escalar mulheres para “jogos grandes”, o atleta reforça uma lógica também recorrente no contexto escolar, especialmente nas aulas de Educação Física: a falsa ideia de que existem esportes naturalmente destinados a homens e a mulheres (Goellner, 2006).

À luz das reflexões sobre a aprendizagem da separação, o episódio envolvendo o jogador do Red Bull Bragantino e a árbitra Daiane Muniz pode ser compreendido como expressão de um campo esportivo historicamente constituído como masculino. Ao questionar a legitimidade da arbitragem feminina em um “jogo grande”, a declaração não apenas manifesta insatisfação com a atuação da árbitra, mas também reativa uma matriz discursiva que associa competência e autoridade ao masculino, relegando a presença das mulheres à condição de exceção ou inadequação.

Não se trata, portanto, de uma novidade no âmbito esportivo. O questionamento da legitimidade do trabalho de arbitragem realizado por mulheres no esporte, sobretudo no futebol, manifesta-se de diferentes formas, seja por meio de ataques diretos, como ocorreu no caso do jogo do Paulistão Casas Bahia, seja pela invisibilização da qualidade do trabalho desenvolvido por mulheres e, simultaneamente, pela exaltação de suas características físicas (Goellner, 2005).

Esse episódio corrobora o argumento de Goellner de que o futebol, inclusive no âmbito da arbitragem, constitui um espaço de disputas simbólicas em que a participação feminina continua sendo tensionada por narrativas que naturalizam hierarquias de gênero. O caso ultrapassa a condição de um evento isolado no esporte profissional, funcionando como expressão da aprendizagem da separação, que delimita fronteiras de pertencimento, evidenciando a necessidade de intervenções coeducativas institucionais voltadas à desestabilização dessas assimetrias.

Após a declaração do atleta, a Federação Paulista de Futebol emitiu uma nota oficial na qual repudiou publicamente a fala, classificando-a como incompatível com os valores do futebol, além de destacar a qualificação e o alto nível das 36 mulheres trabalhadoras que integram seu quadro profissional.

É com profunda indignação e revolta que a Federação Paulista de Futebol recebeu a entrevista do atleta Gustavo Marques, do Red Bull Bragantino, após a partida contra o São Paulo, neste sábado (21), pelo Paulistão Casas Bahia. Uma declaração em relação à árbitra Daiane Muniz que reflete uma visão primitiva, machista, preconceituosa e misógina, incompatível com os valores que regem a sociedade e o futebol. É absolutamente estarrecedor que um atleta, em qualquer circunstância, questione a capacidade de um árbitro com base em seu gênero. A FPF tem orgulho de contar em seu quadro com 36 árbitras e assistentes e continua trabalhando ativamente para que este número cresça. Daiane Muniz é uma árbitra FPF/CBF/FIFA da mais alta qualidade técnica, correta e de caráter. A FPF reforça todo apoio a Daiane e a todas as mulheres que atuam ou desejam atuar em qualquer área do futebol. Nosso trabalho diário é para garantir que o futebol seja um ambiente seguro e justo para todas as mulheres. Por fim, a FPF encaminhará tais declarações à Justiça Desportiva, para que

esta tome todas as providências cabíveis (Federação Paulista de Futebol, 2026).

Da mesma forma, o Red Bull Bragantino manifestou publicamente repúdio à fala do atleta, classificando-a como incompatível com os valores institucionais do clube e com o respeito devido às mulheres e à arbitragem. No mesmo posicionamento, a direção informou que analisaria internamente o ocorrido, com vistas à eventual aplicação de sanções disciplinares, reconhecendo que a frustração esportiva não justifica manifestações de caráter machista (Bragantino, 2024).

O Red Bull Bragantino vem a público reforçar o pedido de desculpas a todas as mulheres e, principalmente, à árbitra Daiane Muniz. O clube não compactua e repudia a fala machista do zagueiro Gustavo Marques, dita após a partida. Ainda no estádio, o jogador e o diretor esportivo do clube, Diego Cerri, se dirigiram até o vestiário da arbitragem para pedir desculpas pessoalmente em nome da instituição e reconhecer o erro. Ambos também atenderam a imprensa no local. Sabemos que o peso de uma eliminação é frustrante, mas nada justifica o que foi dito. Seja no futebol ou em qualquer meio da sociedade. O clube vai estudar nos próximos dias a punição que será aplicada ao atleta (Red Bull Bragantino, 2024).

As notas oficiais da Federação Paulista de Futebol e do Red Bull Bragantino cumprem um importante papel institucional ao repudiar a declaração do atleta e reafirmar o compromisso com a presença feminina no futebol. No entanto, o episódio evidencia a persistência de estruturas que questionam a legitimidade das mulheres em funções de autoridade no esporte. Assim, embora necessária, a resposta institucional revela que o desafio cultural vai além da punição individual, exigindo ações pedagógicas capazes de confrontar as aprendizagens da separação e desestabilizar hierarquias de gênero, de modo a consolidar o futebol como um espaço mais justo e não violento para as mulheres.

No campo da Educação Física escolar, o episódio adquire relevância analítica por evidenciar a urgência de práticas pedagógicas comprometidas com a interrupção da aprendizagem da separação. A problematização de discursos que desautorizam mulheres no esporte constitui um

passo fundamental para a construção de propostas coeducativas orientadas pela justiça curricular (Connell, 1993).

Nesse sentido, mais do que um fato isolado, a controvérsia envolvendo o atleta e a árbitra evidencia a necessidade de intervenções coeducativas intencionais que afirmem a equidade de gênero e desestabilizem hierarquias historicamente naturalizadas no campo das manifestações da cultura corporal (Saraiva, 2005).

Ao tomar como referência o conceito de aprendizagem da separação, Corsino e Auad (2012) apresenta os resultados de uma pesquisa etnográfica realizada com turmas dos anos finais do Ensino Fundamental em aulas de Educação Física. Os autores identificaram que a maioria dos professores separava meninos e meninas durante as atividades na quadra, de modo a evitar os conflitos que surgiam com maior frequência em situações nas quais ambos compartilhavam as mesmas práticas corporais.

Estas características identificadas durante as aulas se reforçam na medida em que as turmas eram misturadas para as vivências na quadra. Logo surgiam conflitos, algumas meninas não permaneciam na atividade por muito tempo, saíam reclamando da agressividade exacerbada dos meninos, que poderia machucá-las. Em alguns momentos, surgiam atitudes violentas, chutes, tapas, empurrões e xingamentos, sobretudo quando as turmas eram misturadas. Estas violências de gênero aconteciam com mais frequência entre meninas e meninos, e às vezes entre meninos ou entre meninas (Corsino; Auad, 2012, p.80).

Nesse sentido, os(as) autores(as) identificaram uma contradição que influenciava as escolhas de professores(as) de Educação Física: ao reunir meninos e meninas, o contato físico, a competitividade e os valores esportivos hegemônicos favoreciam a ocorrência de violências, enquanto a separação tendia a reduzi-las. Esses achados corroboram os trabalhos de Sanches Neto e Venâncio (2018), bem como de Venâncio e Nóbrega (2020), para quem o trabalho com raça, gênero e classe deve ser parte intrínseca da docência.

Embora as separações, *a priori*, pareçam uma solução viável por evitarem conflitos, Corsino e Auad (2012) posicionam-se a favor das aulas mistas, ao considerarem que separar meninos e meninas nas aulas de Educação

Física apenas desloca ou adia um problema que, no contexto escolar, deve ser tomado como objeto de aprendizagem.

Portanto, as misturas podem ser uma forma de ensinar sobre a necessidade de reconhecimento das diferenças. Além disso, ao invisibilizar o problema, a aula de Educação Física deixa de cumprir uma função pedagógica importante e, ao contrário, fomenta a aprendizagem da separação por meio do silenciamento dos conflitos (Corsino; Auad, 2012).

Ao considerar o cenário investigado por Corsino e Auad (2012), apresentamos análises realizadas no interior das aulas de Educação Física, as quais consideramos como coeducativas. Na Educação Física, a coeducação tem suas primeiras discussões a partir da década de 1970, na Alemanha, e, no Brasil, a partir da década de 1980 (Devide, 2024).

A coeducação permite que as turmas mistas sejam compreendidas como momentos intencionalmente planejados pelos(as) professores(as), de modo a fomentar reflexões críticas acerca de temas como a participação das mulheres nas manifestações da cultura corporal, sem desconsiderar as relações entre meninos, meninas, pessoas trans, pessoas negras, indígenas e outros diversos grupos sociais (Auad, Corsino, 2018; Corsino, Barreto, Venâncio, Sanches Neto, Conceição, 2004; Alverne, Brito, Maldonado, 2024).

Uma das ações da pesquisa foi uma intervenção pedagógica que ocorreu em uma aula de Educação Física, na qual a professora utilizou o quadro branco como ferramenta para dar visibilidade às percepções dos(as) estudantes sobre gênero. Ao dividir o espaço em duas colunas, *homens* e *mulheres*, a professora solicitou que a turma atribuisse características a cada grupo, a atividade revelou a imediata manifestação de normas rígidas enraizadas no imaginário dos(as) jovens estudantes.

Para o grupo feminino, emergiram termos como 'delicadeza', 'beleza' e 'gentileza', enquanto ao grupo masculino foram creditados atributos como 'forte', 'racional' e até condutas agressivas, como 'briga de rua'. O desenrolar da dinâmica foi marcado por momentos de tensão significativa, especialmente quando as alunas passaram a se autodenominar com termos pejorativos, como 'ignorantes' e 'opressoras'. Essa autodepreciação foi bruscamente contrastada pela interrupção dos meninos, que desviaram o foco

da discussão para exaltar a própria imagem física, descrevendo-se como 'gostosos' (Diário de campo, 2025).

Essa situação evidencia como os arranjos de gênero reforçam o aprendizado da separação, conceito que descreve práticas sociais e pedagógicas que ensinam meninos e meninas a ocuparem espaços distintos de modos desiguais. A atividade mostra que esporte e lutas ainda são percebidos como masculinos, valorizando a masculinidade e relegando as mulheres à invisibilidade ou à associação à fragilidade, restringindo sua autonomia e participação plena nas aulas de Educação Física.

A análise da relação entre masculinidade e educação no Brasil mostra que a produção acadêmica evidencia práticas discriminatórias e dinâmicas de violência que sustentam e naturalizam a masculinidade hegemônica. No ambiente escolar, essas manifestações vão além da agressão física ou verbal, incluindo exclusões, silenciamentos e expectativas diferenciadas sobre os comportamentos (Brito; Santos, 2013).

Na Educação Física coeducativa, a passagem de uma percepção passiva para uma reflexão crítica sobre as desigualdades de gênero ocorreu por meio de intervenções que desnaturalizaram privilégios e visibilizaram opressões, contribuindo para desmontar discursos que sustentam violências. Essas dinâmicas permitiram compreender o gênero como um marcador de poder na organização social.

Uma das estratégias centrais foi a Caminhada dos Privilégios, dinâmica em que os(as) estudantes avançavam ou recuavam conforme suas experiências relacionadas a permissões sociais e tarefas domésticas. Ao final, a disposição da turma na quadra evidenciou desigualdades de acesso ao lazer e ao esporte, permitindo visualizar como a aprendizagem da separação reserva certos privilégios a territórios masculinos.

A atividade de maior impacto simbólico, entretanto, foi a Aula do Balão. Nela, os(as) estudantes utilizaram balões amarelos para registrar e dar visibilidade a problemas sociais enfrentados pelas mulheres, como o "assédio, os salários desiguais e a desvalorização da mulher no ramo da luta" (Diário de campo, 2025). Ao escreverem essas mensagens, os(as) estudantes

transformaram a quadra da escola em um espaço de denúncia das violências de gênero produzidas pelo sexismo.

Ao utilizar a quadra como um espaço de luta contra as violências de gênero, as estudantes buscaram romper com uma lógica em que meninos têm sido protagonistas na dominação dos espaços escolares por meio do jogo das misturas e separações (Auvad, 2006). Além disso, a quadra e o pátio de uma escola são espaços de uso comum, e aprender sobre a negociação política do uso do espaço público constitui uma forma de construção de uma cultura escolar democrática (Seffner, 2022).

A atividade causou forte impacto emocional nos(as) participantes. Relatos dos(as) estudantes indicaram sentimentos de tristeza e até desconforto diante da percepção da magnitude da invisibilidade e das barreiras impostas às mulheres. Essa conscientização permitiu aos meninos reconhecerem sua responsabilidade na exclusão das colegas, admitindo que muitas vezes elas não participam “porque os meninos acham que elas são frágeis” (Diário de campo, 2025).

16 Chamamos de encorajamento a prática central da intervenção coeducativa, que possibilitou às estudantes ocuparem espaços e práticas historicamente negadas. Ao contrário da ideia de desinteresse feminino, os relatos mostram que a exclusão decorre de barreiras sociais e familiares.

Os dados mostraram que o afastamento das meninas não era voluntário, mas sim imposto por colegas que as percebiam como frágeis ou incapazes. Também houve influência do protecionismo familiar, com mães impedindo a prática de atividades como o skate por medo de lesões, o que reforça a ideia de preservação do corpo feminino.

Para enfrentar esses obstáculos, a intervenção coeducativa concentrou-se na criação de um ambiente seguro e livre de julgamentos. Ao eliminar piadas e comentários que reforçavam normas de gênero, a professora possibilitou que as alunas se sentissem legitimadas a participar de forma ativa e plena. Esse suporte foi decisivo para que as estudantes se percebessem como sujeitos de direito à participação nas aulas de Educação Física.

O processo transformou a postura das alunas, tornando sua participação ativa uma fonte de autonomia e empoderamento. Ao final, elas atuavam com confiança e desenvolviam uma visão crítica sobre a ocupação

de espaços historicamente masculinizados, como as lutas, contribuindo para o enfrentamento de preconceitos e para a afirmação da diferença como valor diante da desigualdade.

A categoria “masculinidades” investigou como a construção do ser homem impacta as relações de poder e a ocupação dos espaços escolares. Um momento central foi o Trote da Turma, atividade proposta pelos(as) estudantes, envolvendo um jogo de futsal e a troca de gênero por meio da inversão de vestimentas e comportamentos.

O conceito de masculinidade, debatido desde os anos 1980, orienta análises em diversas áreas do conhecimento. No esporte de alto rendimento, associado às representações midiáticas, a noção de masculinidade hegemônica ajuda a explicar a valorização dos esportes de contato e a recorrência de violências e manifestações homofóbicas (Connell; Messerschmidt, 2013).

Considerando que a masculinidade não é uma essência fixa, mas um conjunto de práticas construídas nas interações sociais (Connell; Messerschmidt, 2013), as aulas coeducativas de Educação Física podem favorecer a reflexão crítica sobre as relações de gênero, incentivando meninos e meninas a revisarem suas ações e a reconhecerem que a equidade também contribui para a qualidade de vida dos meninos.

Deive (2005) apresenta o campo dos estudos em masculinidades na Educação Física e no Esporte, identificando o consenso de que as aulas de Educação Física constituem um campo fértil para a produção de masculinidades pautadas por múltiplas formas de violência. Ao mesmo tempo, o autor destaca a necessidade de reconhecer a pluralidade das masculinidades que circulam e são produzidas nas práticas escolares.

No desenrolar da atividade, observamos que as meninas performaram uma masculinidade da periferia, incorporando posturas, acessórios e gírias típicas de seus contextos sociais. Essa performance foi percebida como um movimento simbólico de produção de masculinidades capazes de tensionar o que se entende como masculinidade hegemônica no interior dos valores esportivos (Connell, 2003).

Em contrapartida, a performance da feminilidade pelos meninos foi marcada por escárnio e deboche. Ao exagerarem gestos, evidenciaram a desvalorização do feminino no universo masculino. Assim, enquanto, para as

mulheres, a adoção de traços masculinos pode ser associada ao poder, para os homens, o feminino tende a ser associado à vergonha ou ao ridículo.

Pesquisa de Vargas e Rodrigues (2022) mostra que as feminilidades são produzidas por discursos e práticas presentes na escola, na família e em outras instâncias sociais. A juventude feminina é moldada por expectativas normativas que associam comportamentos e modos de viver a um ideal de feminilidade, reforçando diferenças de gênero e atribuindo às meninas a responsabilidade sobre seus corpos.

Ao corroborar as análises realizadas por Vargas e Rodrigues (2022), a intervenção propiciou uma reflexão crítica, levando os meninos a reconhecerem sua responsabilidade na exclusão das colegas, admitindo que “muitas vezes é por causa de nós que as meninas não têm oportunidade de jogar” (Diário de campo, 2025). A baixa participação feminina nas aulas de Educação Física, muitas vezes interpretada como autoexclusão, pode, na verdade, representar uma forma de autodefesa.

18 Entendemos que a misoginia, o racismo, a transfobia, o capacitismo e outras violências na escola refletem relações sociais e, sob a perspectiva da interseccionalidade e da consubstancialidade (Avad; Corsino, 2018; Corsino et al., 2024), podem ser enfrentados por práticas pedagógicas e políticas coeducativas. Essa abordagem tem ganhado destaque no campo da Educação Física Escolar (Cortes; Pereira, 2024) e se mostra necessária na formação docente (Oliveira; Jaeger, 2023).

A interseccionalidade articula raça, gênero e classe, enquanto a consubstancialidade enfatiza sua dinâmica relacional, evitando que sejam tratadas de forma isolada. Esses conceitos auxiliam a escola a identificar as múltiplas origens das desigualdades, sem hierarquizar opressões. Assim, reconhece-se que as identidades são atravessadas por relações de poder, contribuindo para o enfrentamento do silenciamento de grupos marginalizados (Avad; Corsino, 2018).

Embora não nos aprofundemos no tema, é importante considerar a interseccionalidade e a consubstancialidade na Educação Física escolar. Estudos de Avad e Corsino (2018), bem como de Corsino, Barreto, Venâncio, Sanches Neto e Conceição (2024), indicam que essas abordagens contribuem para romper a aprendizagem da separação, que limita a participação

feminina. Assim, a coeducação pode favorecer uma escola mais democrática e o enfrentamento das violências.

Considerações finais

A coeducação vai além de reunir meninos e meninas no mesmo espaço, exigindo intervenção pedagógica voltada à ruptura da naturalização das desigualdades de gênero. A análise dos resultados indicou que a coeducação pode constituir um espaço formativo para a valorização das diferenças e o enfrentamento das violências na escola.

Ao considerar a aprendizagem da separação como chave para compreender essas violências na Educação Física Escolar (EFE), a pesquisa participante, realizada a partir dos Estudos Feministas, possibilitou a construção coletiva de reflexões e experiências desenvolvidas nas aulas, permitindo compreender a coeducação como uma estratégia político-pedagógica de enfrentamento das violências de gênero nesse contexto.

A partir da análise das práticas e narrativas produzidas ao longo da pesquisa, as categorias construídas evidenciaram que as violências não se restringem às interações individuais, mas estão vinculadas a processos históricos de valorização do masculino e desvalorização do feminino.

Nesse sentido, a pesquisa favoreceu a transformação de percepções naturalizadas em leituras críticas sobre os processos históricos de construção do gênero, ampliando as possibilidades de participação, reconhecimento e existência dos sujeitos nos espaços da Educação Física, aproximando-se do que conceituamos como coeducação.

Os resultados da pesquisa mostraram que, ao tornar a coeducação um objetivo a ser alcançado em todas as aulas de Educação Física, os processos de reflexão crítica constante dos(as) estudantes podem contribuir efetivamente para a transformação de modos sexistas de pensar e agir na escola. Para isso, é fundamental que os conflitos sejam visibilizados e analisados coletivamente pelos(as) estudantes e pela professora, o que rompe com o que Avad (2004) denominou aprendizagem da separação

Nesse horizonte, a coeducação, quando orientada por uma perspectiva feminista, constitui-se como uma estratégia pedagógica e política de enfrentamento das desigualdades de gênero na Educação Física Escolar (EFE), ao tensionar os processos de naturalização das hierarquias corporais e simbólicas que estruturam o cotidiano escolar. Em diálogo com Auad (2004), essa perspectiva evidencia a necessidade de romper com a aprendizagem da separação, que sustenta práticas de diferenciação e hierarquização entre meninos e meninas.

Notas

1. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme parecer nº 7.242.485.

Referências

ALTMANN, Helena. **Educação física escolar**: relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez, 2015.

ALVERNE, André Luis do Nascimento Mont; BRITO, Leandro Teófilo de; MALDONADO, Daniel Teixeira. Interseccionalidade e Educação Física escolar: a subjetivação da inter-relação dos marcadores sociais das diferenças no componente curricular. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.46.e20240042>

AUAD, Daniela. Educação para a democracia e coeducação: apontamentos a partir da categoria gênero. **Revista USP**, n. 56, p. 136-143, 2002-2003. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i56p136-143>

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos**: relação de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

AUAD, Daniela. **Relações de gênero nas práticas escolares**: da escola mista ao ideal de coeducação. 2004. Tese (Doutorado em Educação: Sociologia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

AUAD, Daniela. Relações de gênero na sala de aula: atividades de fronteira e jogos de separação nas práticas escolares. **Pro-Posições**, Campinas, v. 17, n. 3 v. 51, p. 137-149, set./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/864.3610>. Acesso em: 02 fev. 2026.

AUAD, Daniela. Caminhos históricos da coeducação: reflexões sobre misturas e separações durante o isolamento. **Artes de educar**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 738-753, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2021.63426>.

AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano Nascimento. Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, p. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n142585>.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 51-62, 2007.

BRITO, Leandro Teófilo de; SANTOS, Mônica Pereira dos. Masculinidades na educação física escolar: um estudo sobre os processos de inclusão/exclusão. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 235-246, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092013000200008>.

CAZÉTV. Gustavo Marques do Bragantino dá declaração inaceitável sobre mulheres na arbitragem. YouTube, 2024. 01min02s. (Transcrição nossa). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sd3VZ0jgDcM>. Acesso em: 22 fev. 2026.

CONNELL, Raewyn. **Schools and social justice**. Philadelphia: Temple University Press, 1993.

CONNELL, Raewyn. **Masculinidades**. Tradução Irene María Artigas. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.

CORSINO, Luciano Nascimento; AUAD, Daniela. **O professor diante das relações de gênero na educação física escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

CORTES, Suelen Gonçalves de Oliveira; PEREIRA, Mateus Camargo. Rumos da pesquisa brasileira em Educação Física Escolar e a interseccionalidade. **Corpoconsciência**, v. 28, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51283/rc.28.e17944>.

DEVIDE, Fabiano. **Coeducação e educação física**: reflexões introdutórias e sistematização de atividades. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

DEVIDE, Fabiano. Masculinidades, educação física e esporte: reflexões e proposições para um ambiente inclusivo e seguro. **Revista Diversidade e Educação**, v. 13, n. 2, p. 1040-1058, 2025. DOI: <https://doi.org/10.63595/dedu.v13i2.19845>.

DIÁRIO DE CAMPO. Fortaleza (Ceará), 20 mar. 2025.

DIAS, Alfrâncio Ferreira. Como as escolas educam corpos nas práticas pedagógicas? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 7, n. 12, p. 103-112, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v0i0.2958>.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL. **Nota oficial sobre declaração de atleta do Red Bull Bragantino**. 2026. Disponível em: <https://futebolpaulista.com.br/Noticias/Detalhe.aspx?Noticia=32019>. Acesso em: 22 fev. 2026.

22 GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, abr./jun. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092005000200005>.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 85-100, 2006. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v8i1.106>.

LAHNI, Cláudia Regina; AUAD, Daneila. Flores Raras – Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 21, n. 39, p. 287-305, 2022. DOI: <https://doi.org/10.55738/alaic.v21i39.865>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Myllena Camargo de; JAEGER, Angelita Alice. Esportes coletivos e formação docente: relações de poder e resistências entre estudantes. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 61, n. 69, p. 1-23, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2023v61n69ID33612>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RED BULL BRAGANTINO. **Nota oficial**: repúdio. Bragança Paulista: Red Bull Bragantino, 2024. Disponível em: <https://www.redbullbragantino.com.br/noticia/nota-oficial-repudio>. Acesso em: 22 fev. 2026.

SANCHES NETO, Luiz; VENÂNCIO, Luciana. O ensino do esporte (como “conteúdo”) na educação física escolar: tensões e ambiguidades. In: REMONTE, Jarbas Gomes; POLITO, Luis Felipe Tubagi (org.). **Educação física escolar e esporte de alto rendimento**: dá jogo? Várzea Paulista: Fontoura, 2018.

SARAIVA, Maria do Carmo. **Coeducação física e esportes**: quando a diferença é mito. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

SEFFNER, Fernando. Vem de fora ou é produzida lá dentro? A cultura escolar e as circulações da violência. In: FACHINETTO, Rochele Fellini; SILVA, Rosimeri Aquino da; SEFFNER, Fernando. (org.). **O gênero da violência**: contribuições analíticas em contextos contemporâneos. Porto Alegre: CirKula, 2022. (v. 1)

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**: contrato y status en la etiología de la violencia. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

SEGATO, Rita Laura. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

VARGAS, Juliana Ribeiro de; RODRIGUES, Diéssica. A culpa é tua! O dispositivo da feminilidade operando condutas de jovens alunas contemporâneas. **Revista Interdisciplinar**, n. 26, p. 167-182, jun./2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v16i26.11148>.

VENÂNCIO, Luciana; NÓBREGA, Carolina Cristina dos Santos. **Mulheres negras professoras de educação física**. Curitiba: CRV, 2020.

VELLOSO, Livia Roberta da Silva; MALDONADO, Daniel Teixeira; MIRANDA, Maria Luiza de Jesus; FREIRE, Elisabete dos Santos. **Pesquisa participante na educação física escolar**: o estado da arte. Movimento, v. 28, p. 1-20, 2022. DOI: <https://10.22456/1982-8918.120865>.

VERGÈ, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

ZABALZA, Miguel A. **Diários de aula**: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZAIDMAN, Claude. **La mixité, objet d'étude scientifique ou enjeu politique**. Cahiers du GEDISST, Paris, IRESCO, CNRS, n.14, 1995.

ZAIDMAN, Claude. **La mixité à l'école primaire**. Paris, L'Harmattan, 1996.

ZAIDMAN, Claude. La mixité en questions: des résistances religieuses à la critique féministe, ou l'actualité de la question de la mixité scolaire. **Raison Présente**. Paris, Nouvelles Éditions Rationalistes, n. 140, 2002. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/raipr_0033-9075_2001_num_140_1_3714. Acesso em: 11 fev. 2026.

24

Prof. Dr. Luciano Nascimento Corsino

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Rolante – Brasil)

Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF/UFC)

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/UFRGS)

Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Antirracismo, Gênero e

Juventude (GEPEA/IFRS)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2591-5472>

E-mail: lucianocorsino@gmail.com

Andréa Lima Girão

Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional

Universidade Federal do Ceará (Brasil)

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Antirracismo, Gênero e Juventude (GEPEA/IFRS)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6037-7886>

Email: andrealimagirao@gmail.com

Recebido em 4 abr. 2026

Aceito em 25 maio 2026



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial-ShareAlike 4.0 International License.